

CIDADES INTELIGENTES E A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS EM QUESTÃO NO BRASIL

Congresso Internacional de Direito e Tecnologia, 1ª edição, de 10/05/2021 a 13/05/2021

ISBN dos Anais: 978-65-89908-05-0

CRUZ; Letícia Feliciano dos Santos Cruz¹, RODRIGUES; Fagner Farias², ANDRADE; Diogo de Calasans Melo³

RESUMO

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo trazer uma breve análise da Lei Geral de Proteção e Dados Pessoais brasileira (LGPD - Lei nº 13.709/18, que entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, dada a sanção da Lei nº 14.058/20), bem como ressaltar a importância da privacidade dos cidadãos na implementação das cidades inteligentes – marcada por ambientes informatizados através do uso de tecnologias inovadoras. Diante das transformações urbanas, aumento populacional e avanço das novas tecnologias, torna-se iminente que as cidades tenham cada vez mais acesso a quantidades enormes de dados. Sob esse enfoque, vale apontar que a LGPD visa fomentar políticas e planos de proteção tanto para dados de usuários online quanto off-line, de modo a tornar possível o seu devido tratamento – no âmbito público e privado. Por conseguinte, o debate acerca da proteção de dados nas cidades inteligentes trata-se de uma pauta indispensável, haja visto os desafios frente a monetização de dados pessoais na contemporaneidade. Para tanto, como metodologia, utilizou-se a pesquisa documental e técnica qualitativa. De modo tal, através de bibliografia exploratória, o estudo expõe tamanha relevância da competência sancionatória na relação cidades inteligentes e dados pessoais, a partir da plena efetividade de seus órgãos fiscalizatórios. Fato é que, pautada na tentativa da contenção da insegurança jurídica, a LGPD demanda a importância da proteção de dados pessoais como instrumento de cidadania. Em apertada síntese, a pesquisa propõe uma reflexão a partir da implementação das cidades inteligentes e a segurança de dados no país.

PALAVRAS-CHAVE: Cidades Inteligentes, Dados Pessoais, LGPD

¹ Graduada em Direito pela Universidade Tiradentes (UNIT/SE), Membro do Grupo de Pesquisa "Novas Tecnologias e os impactos nos Direitos Humanos" (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5681262108)

² Graduando em Direito pela Universidade Tiradentes (UNIT/SE), Aluno-pesquisador IC PIBIC-CNPq, Membro do Grupo de Pesquisa "Novas Tecnologias e os impactos nos Direitos Humanos" (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5681262108721049).

³ Doutor em Direito pela Mackenzie, mestre em direito pela UFS, Professor do Mestrado em Direitos Humanos do PPGD - UNIT/SE.